

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL: DA INCERTEZA À COMPREENSÃO – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE MACEIÓ/AL

Daniela dos Santos Ferreira Oliveira¹
Gustavo Rocha Mendonça²

RESUMO: Este trabalho apresenta um relato de experiência fundamentado na vivência de uma professora da Sala de Recursos Multifuncional (SRM) em uma escola da rede estadual de ensino de Maceió, Alagoas. Ao assumir a função, foi constatado um desconhecimento generalizado, por parte dos docentes e da equipe gestora, sobre o papel e a finalidade pedagógica da SRM. A ausência de diretrizes claras e a multiplicidade de interpretações sobre sua função geraram, inicialmente, insegurança e ansiedade. No entanto, ao longo de três anos, por meio de formações, trocas de experiências e práticas pedagógicas reflexivas, foi possível ressignificar o espaço e consolidar sua verdadeira função no contexto da educação inclusiva. O estudo tem como objetivo refletir sobre os desafios enfrentados na implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e destacar a importância da formação continuada para a efetivação de práticas inclusivas nas escolas públicas.

Palavras-chave: Sala de Recursos Multifuncional. Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Formação Docente. Relato de Experiência.

7051

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem avançado na consolidação de políticas públicas voltadas à educação inclusiva, visando garantir o direito de todos os estudantes à aprendizagem, à convivência e à participação no ambiente escolar. A promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em 2008, representou um marco importante ao reafirmar o compromisso com uma escola para todos, orientada pelo princípio da equidade e da valorização da diversidade humana.

Neste contexto, a criação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) foi instituída como um dos principais mecanismos de apoio ao processo de inclusão escolar. Esses espaços são destinados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a finalidade de identificar, desenvolver e potencializar habilidades que favoreçam o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial na sala de aula comum.

No entanto, embora as diretrizes legais estejam definidas, a realidade vivenciada em muitas

¹Especialista: Neuropsicopedagoga, psicopedagoga (FAVENI). Intervenção ABA para autismo e deficiência Intelectual (CHILD BEHAVIOR INSTITUTE- CBI of Miami) Mestranda: Enber University.

²Especialista: Psicopedagogia (FAVENI). Mestrando: Enber University

escolas da rede pública revela um profundo desconhecimento por parte dos profissionais da educação sobre o papel e a função pedagógica da SRM. Este trabalho parte de uma experiência vivenciada ao ingressar como professora da Sala de Recursos em uma escola da rede estadual de ensino de Maceió, Alagoas, onde ficou evidente a confusão generalizada entre os docentes e a equipe gestora sobre a função deste espaço.

Ao assumir a função, encontrei um cenário marcado por concepções equivocadas: alguns professores acreditavam que a sala de recursos seria voltada ao atendimento de estudantes com problemas de comportamento, outros entendiam como uma

instância de triagem diagnóstica, ou ainda como um espaço para atender todos os tipos de deficiência indistintamente. Essa ausência de entendimento e de diretrizes claras gerou, no primeiro ano de atuação, sentimento de insegurança, isolamento e ansiedade.

Com o passar do tempo, por meio da busca autônoma por formação, da participação em eventos e da troca com outros profissionais, foi possível ampliar a compreensão sobre a real função da SRM. Ao longo de três anos, consolidou-se a ideia de que este espaço deve atuar de forma articulada com o ensino comum, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e acadêmicas que impactem positivamente na aprendizagem e na participação dos estudantes na sala regular.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo refletir sobre os desafios enfrentados por uma professora da Sala de Recursos Multifuncional diante do desconhecimento institucional e pedagógico quanto à sua função, bem como relatar o processo de ressignificação desse espaço a partir de práticas formativas e experiências acumuladas ao longo de três anos de atuação. Acredita-se que o compartilhamento dessa experiência possa contribuir para o fortalecimento de práticas inclusivas em outras realidades escolares semelhantes.

2. CONTEXTO E PROBLEMATIZAÇÃO

Ao ingressar como professora da Sala de Recursos Multifuncional em uma escola estadual de Maceió/AL, deparei-me com um ambiente escolar marcado por incertezas e equívocos em relação à educação inclusiva. A SRM, apesar de implantada há anos na instituição, era vista por muitos como uma espécie de “sala de triagem” para identificar supostos problemas nos alunos, ou mesmo como um espaço voltado ao atendimento de estudantes com comportamentos inadequados.

Em conversas informais com professores e gestores, percebi uma variedade de concepções equivocadas: para alguns, a SRM era um lugar onde “alunos com deficiência deveriam ser atendidos pela psicopedagoga”, para outros, era um local para “conversar com quem atrapalha a aula”. A confusão em torno da função da sala de recursos revelava não apenas um desconhecimento, mas uma lacuna formativa significativa na compreensão do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Essa realidade gerou uma série de conflitos internos e desafios profissionais. A ausência de

diretrizes claras e de uma cultura escolar inclusiva resultou em isolamento pedagógico, sensação de impotência e, sobretudo, ansiedade diante da complexidade da função. A pergunta que passou a nortear minha atuação foi: como desenvolver um trabalho efetivo na Sala de Recursos quando nem mesmo os colegas compreendem sua finalidade?

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Refletir, a partir de uma experiência prática, sobre os desafios enfrentados na implementação da Sala de Recursos Multifuncional em uma escola pública da rede estadual de Maceió/AL.

Objetivos Específicos:

- Apresentar o cenário inicial de desconhecimento e desinformação sobre a SRM;
- Relatar o processo de construção do conhecimento e ressignificação da prática docente ao longo de três anos;
- Discutir a importância da formação continuada e da articulação pedagógica no contexto da educação inclusiva.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva no Brasil tem avançado a partir de normativas que garantem o direito de todos à aprendizagem no ambiente escolar. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) estabelece que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ocorrer em salas de recursos multifuncionais, complementando a escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Segundo Mantoan (2006), a inclusão escolar não se resume ao acesso físico do aluno ao espaço escolar, mas à construção de práticas pedagógicas que assegurem sua efetiva participação e aprendizagem. A autora enfatiza que a atuação do professor da sala de recursos deve estar articulada ao trabalho do professor regente, numa proposta de parceria pedagógica.

No entanto, como aponta Oliveira (2010), muitas escolas ainda apresentam dificuldades em compreender o papel da SRM, reproduzindo modelos segregadores ou reducionistas do atendimento. Em parte, isso se deve à carência de formação específica, à fragmentação das políticas públicas e à falta de acompanhamento pedagógico das secretarias de educação.

Assim, o professor da sala de recursos frequentemente se vê isolado, sem suporte

institucional, sendo necessário desenvolver uma postura investigativa e formativa, capaz de dialogar com os demais profissionais e transformar a cultura escolar.

5. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo relato de experiência, cuja fonte principal é a vivência da autora enquanto professora da Sala de Recursos Multifuncional em uma escola da rede estadual de ensino de Maceió/AL, no período de três anos (2022 a 2024).

O relato está fundamentado em registros pessoais, cadernos de planejamento, participação em formações, reuniões pedagógicas e trocas de experiências com outros profissionais da rede. O objetivo não é generalizar os dados, mas refletir sobre um caso concreto que pode contribuir para a discussão mais ampla sobre os desafios da inclusão escolar.

6. DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

6.1 O início: desinformação, ansiedade e solidão profissional

No primeiro ano de atuação, a ausência de orientação institucional e a incompreensão da equipe escolar sobre o papel da SRM provocaram um sentimento de desamparo. Não havia critérios claros para encaminhamento dos estudantes, nem diretrizes sobre como organizar o atendimento. Frequentemente, recebia alunos com dificuldades diversas, sem laudos, com problemas de comportamento ou até com bom desempenho, mas encaminhados, “ela é diferente”, “por estar no ensino médio e não saber ler”.

7054

A sobrecarga e a falta de apoio impactaram minha saúde mental. A sensação era de estar lutando sozinha contra uma estrutura desorganizada, sem reconhecimento do trabalho pedagógico que a sala exigia.

6.2 Caminhos formativos e construção coletiva do conhecimento

Diante desse cenário, iniciei uma busca por conhecimento: participei de formações ofertadas pela Secretaria de Educação, estudei legislações, assisti palestras, consultei materiais do MEC e me aproximei de outros professores de SRM da rede. Essa troca foi essencial para compreender os limites e as possibilidades do AEE.

Com o tempo, propus reuniões com a coordenação e os professores regentes para explicar o papel da sala de recursos. Utilizei exemplos práticos, documentos oficiais e registros dos estudantes para demonstrar os avanços obtidos com os atendimentos.

Gradualmente, a equipe passou a compreender melhor o trabalho e a respeitar as especificidades da SRM. A ansiedade deu lugar à segurança, e o isolamento inicial foi sendo substituído por relações colaborativas.

6.3 Consolidação da prática e reconhecimento pedagógico

Ao longo dos três anos, estruturamos juntos critérios de encaminhamento, contribuímos para elaboração dos planos de atendimento individualizados e ampliamos a articulação entre os espaços pedagógicos. O foco do trabalho passou a ser o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras, comunicativas e sociais, sempre em consonância com os conteúdos da sala de aula regular.

A SRM deixou de ser vista como “espaço de problemas” e passou a ser reconhecida como um recurso pedagógico fundamental para apoiar a inclusão escolar. Os resultados começaram a se refletir na aprendizagem dos alunos e no envolvimento dos professores com o processo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada demonstrou que a implementação efetiva da Sala de Recursos Multifuncional depende de uma compreensão clara de seu papel, do apoio institucional e da formação continuada dos profissionais da educação.

A resistência inicial e a desinformação enfrentadas revelam um problema estrutural: a ausência de uma cultura escolar inclusiva consolidada nas redes públicas. No entanto, também ficou evidente que é possível transformar essa realidade por meio do diálogo, da escuta e da construção coletiva do conhecimento.

Mais do que um espaço físico, a SRM representa uma prática pedagógica que exige sensibilidade, compromisso e articulação com toda a comunidade escolar. Espera-se que este relato possa contribuir para o fortalecimento das práticas inclusivas em outras escolas que vivenciam desafios semelhantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

OLIVEIRA, Marta Lúcia de. Educação Especial e Inclusiva: desafios e possibilidades. Campinas: Autores Associados, 2010.